

Educação A melhoria do ensino

MARILÉA DA CRUZ *

Os diversos caminhos apontados nas recentes discussões sobre as profundas mudanças que, inadiavelmente, têm de ser implementadas no sistema educacional brasileiro, sob o risco de nos distanciarmos ainda mais — quem sabe até irrecuperavelmente — dos países tecnologicamente mais avançados, são indispensáveis à definição democrática do que nos credenciará a ingressar, com reais chances de êxito, no já deflagrado processo de globalização da economia.

Contudo, o debate tem se concentrado — pelo menos no que é visível ao grande público, via o foco da cobertura jornalística — praticamente nas reformulações a serem operadas nos ensinos fundamental (1ª. a 8ª. série) e superior, com destaque mínimo daquelas destinadas ao de nível médio (2º grau). No final de agosto, em São Paulo, o "Seminário Internacional de Políticas Públicas do Ensino Médio" reuniu diversas autoridades da área de educação de diversos países e conferiu ao tema a sua devida importância.

Tão importante quanto os outros dois, o ensino de nível médio é imprescindível a qualquer projeto de reformulação na educação. Por isso, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, que esteve presente naquele seminário, desencadeou este ano, numa ação conjunta com as Secretarias de Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria e Comércio, Trabalho e Ação Social, o plano de *Melhoria do Ensino de 2º grau*.

Todos os 270.433 alunos matriculados nesta faixa do ensino — 36 mil a mais do que no ano passado — estão recebendo uma sólida formação geral, cuja grade curricular foi reestruturada, com a devida autorização do Conselho Estadual de Educação, para que, ao final do curso, possam prosseguir em seus estudos ou, somente com o 2º grau, ingressar esclarecidamente no mundo do trabalho e nas demais relações sociais.

Os que atualmente cursam a 1ª série do 2º grau estudam apenas matérias de formação geral. A partir da 2ª série, optarão pela área de interesse, passando a ter uma carga semanal maior naquelas disciplinas diretamente relacionadas com o ramo profissional ou curso superior pretendidos. A mudança visa preparar o novo cidadão-trabalhador, cuja capacidade intelectual não pode mais se restringir a uma determinada especialização, mas, ao contrário, deve ser ampliada de modo a visualizar a gama de oportunidades do presente e as potencialidades reservadas ao mercado de trabalho do século 21.

A outra grande modificação consistiu em racionalizar o funcionamento dos 28 cursos profissionalizantes que se "pulverizaram" por toda a rede estadual nas duas últimas décadas, numa tentativa equivocada de atender a expectativa crescente dos alunos por uma formação que, teoricamente, lhes garantiria o acesso ao mercado de trabalho. Os resultados decorrentes desta desorganizada expansão, porém, foram ineficazes e os altos recursos investidos, conseqüentemente desperdiçados.

Além de obrigar o aluno a fazer um curso profissionalizante — afinal, eram raras as escolas em que havia apenas a formação geral — a estrutura vigente não lhe propiciava uma boa formação técnica, pois, com a rapidez do avanço científico, os currículos já amanheciam defasados, sem que houvesse uma atualização permanente. E, muito pior, a prioridade dada às disciplinas específicas dos cursos técnicos sobrepunha-se às de história, português, ciências e geografia, resultando, ao final, em conhecimentos precários nas duas áreas.

Para 1997, a meta é ministrar o ensino profissionalizante em 100 Centros de Referência, a serem implantados progressivamente em todo o estado — pelo menos um em cada município. Nestes centros haverá uma avaliação permanente dos cursos, visando adequá-los ao perfil econômico de cada região, que será fortalecida com mão-de-obra qualificada e compatível, e sintonizá-los permanentemente com as novas conquistas científicas e tecnológicas da sociedade moderna.

A identificação das escolas que funcionarão como pólos de profissionalização, denominados Centros de Referência, é decorrente da reordenação do 2º grau, posta em vigor paralelamente aos processos de integração com as prefeituras e de municipalização do 1º grau, que vem proporcionando o gradativo aumento no atendimento à demanda de alunos em todo o estado.

As parcerias com os órgãos que compõem os Poderes Executivo e Legislativo, a Sociedade Civil e, principalmente, o empresariado, que fornecerá grande parte dos recursos humanos e tecnológicos a serem empregados, são fundamentais para o êxito dos Centros de Referência — parte integrante do plano de Melhoria do Ensino de 2º grau.